

Presença estadunidense no Brasil na década de 1940: as viagens de Robert King Hall e sua atuação no programa de educação rural do INEP

Adriana Mendonça Cunha¹

Resumo: Este artigo analisa as viagens do pesquisador estadunidense Robert King Hall ao Brasil, com foco na sua atuação junto ao programa de educação rural coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), na década de 1940. Neste período, marcado pela aproximação com os EUA, o Brasil passou por um rápido processo de industrialização e urbanização. Professor da Universidade de Columbia, Hall foi contratado pelo INEP para atuar como técnico no programa de educação rural. Lançado em 1946, o projeto tinha por objetivo expandir a rede escolar primária e conter o êxodo rural. Utilizamos como fontes matérias e entrevistas publicadas em jornais, artigos de Hall, leis e decretos. Partindo das reflexões de Bourdieu (2004) sobre o campo científico, buscamos avaliar seu papel no programa a partir da posição ocupada enquanto pesquisador estrangeiro e as relações que estabeleceu com as instituições e intelectuais com os quais manteve contato.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA; Educação Rural; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

American Presence in Brazil in the 1940s: Robert King Hall's Travels and his Role in INEP'S Rural Education Program

Abstract: This article analyzes the travels of the American researcher Robert King Hall to Brazil, focusing on his work with the rural education program coordinated by the National Institute of Pedagogical Studies (INEP) in the 1940s. In this period, marked by the rapprochement with the USA, Brazil underwent a rapid process of industrialization and urbanization. Professor at Columbia University, Hall was hired by INEP to serve as a technician in the rural education program. Launched in 1946, the project aimed to expand the primary school network and stem the rural exodus. We use sources and interviews published in newspapers, Hall articles, laws and decrees as sources. Starting from Bourdieu's (2004) reflections on the scientific field, we sought to evaluate his role in the program from the position he occupied as a foreign researcher and the relations he established with the institutions and intellectuals with whom he maintained contact.

Keywords: Brazil-US relations; National Institute of Pedagogical Studies; Rural Education.

Artigo recebido em 02/05/2017 e aceito em 23/07/2017.

Introdução

Este trabalho analisa as viagens do pesquisador estadunidense Robert King Hall ao Brasil, com foco na sua atuação junto ao programa de educação rural coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), na década de 1940. Lançado pelo governo federal em 1946, o projeto tinha por objetivos promover uma maior qualificação da mão-de-obra no campo, conter o êxodo rural e combater os altos índices de analfabetismo, através da expansão do ensino primário nas áreas rurais.

Cabia ao INEP organizar, coordenar e fiscalizar as construções de escolas rurais pelo interior do país, além de promover a capacitação dos professores que atuavam nestas instituições. Hall foi, então, contratado pelo instituto para trabalhar como técnico, ministrando um curso de aperfeiçoamento para professores primários e produzindo uma análise do programa.

Professor do *Teachers College* da Universidade de Columbia, Robert King Hall era bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela *Lake Forest University* (1933). Mestre em física pela Universidade de Harvard (1935). Licenciado em Administração Escolar pela Universidade de Chicago (1936). Doutor em Educação Comparada pela Universidade de Michigan (1941). Licenciado em Ciências Políticas pela Universidade de Columbia (1944) e em Estudos Japoneses e Islâmicos pela Escola de Estudos Japoneses e Islâmicos de Nova York (1951).

Durante e após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), participou de diversas missões educacionais a serviço do governo dos Estados Unidos na Ásia e Oriente Médio. Em meados dos anos 1930 deu início a pesquisas sobre a educação latino-americana, tendo realizado uma série de viagens ao Brasil. Aqui, estudou o ensino primário, secundário, industrial e rural sendo convidado a colaborar com diversas instituições educacionais brasileiras, a exemplo do INEP.

Suas viagens ao Brasil se inserem no contexto de aproximação do país com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. Preocupados com o crescimento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha e uma possível aliança entre os dois países, o governo estadunidense empreendeu, a partir dos anos 1930, diversas ações no campo político, econômico e cultural a fim de conseguir o apoio do governo brasileiro na luta contra o Eixo na Europa.

Dentre as medidas adotadas pelos Estados Unidos, estava o incentivo ao intercâmbio cultural através da promoção de viagens de professores, pesquisadores e artistas estadunidenses ao Brasil e vice-versa. Por meio de instituições como o *Office Of The Coordinator Of Inter-American Affairs* (OCIAA), diversos intelectuais estadunidenses se dirigiram a América Latina para pesquisar a educação, saúde, recursos naturais de vários países. Entre eles, estava Robert King Hall, que para pesquisar a educação brasileira recebeu auxílio de instituições dos dois países.

Na realização da pesquisa, utilizamos como fontes matérias e entrevistas publicadas em jornais, artigos produzidos por Hall sobre a educação rural brasileira, além de leis e decretos referentes ao ensino rural. Partindo das reflexões de Bourdieu (2004) sobre o campo científico, buscamos avaliar seu papel no programa a partir da posição ocupada enquanto pesquisador estrangeiro e as relações que estabeleceu com as instituições e intelectuais com os quais manteve contato.

Relações Brasil-EUA na década de 1940 e as viagens de Robert King Hall

As viagens de Robert King Hall e sua colaboração com o INEP se inserem no contexto de estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos na década de 1940. Esta

aproximação foi resultado da preocupação dos estadunidenses com o avanço das relações comerciais e militares da Alemanha nazista com os países latino-americanos no final dos anos 1930. A ascensão de Hitler ao poder e a política expansionista empreendida pelos alemães começou a preocupar os Estados Unidos que temiam um novo conflito mundial envolvendo o continente americano.

As preocupações não eram sem fundamento. O mercado brasileiro era disputado, desde 1880, pelos Estados Unidos e potências europeias, a exemplo da Grã-Bretanha e Alemanha (MOURA, 2012). Este último, necessitando de fornecedores de matérias-primas e mercados consumidores para seus produtos buscou uma aproximação com a América Latina. A vantagem oferecida pelos alemães estava no fato de permitirem o comércio por compensação, através do qual, os países comerciantes trocavam produtos sem a necessidade de moeda internacional, exigida, por exemplo, no comércio com os Estados Unidos.

Em 1938, o Brasil era o maior consumidor não europeu dos produtos alemães (MACCANN; FERRAZ: 2011). Além das relações comerciais, os Estados Unidos se preocupavam com a forte influência dos alemães nos círculos militares brasileiros, que não escondiam sua admiração pela máquina de guerra alemã. A presença de grande número de imigrantes de origem alemã no sul do Brasil era motivo de preocupação constante, visto que uma possível vitória na Europa poderia direcionar a expansão alemã para o continente americano.

O início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a vitória da Alemanha sobre a França encheu o governo estadunidense de dúvidas em relação ao posicionamento que o Brasil tomaria diante do conflito. O país, governado desde 1930 por Getúlio Vargas, buscava manter uma posição de neutralidade, negociando ao mesmo tempo com Alemanha e Estados Unidos, procurando evitar a dependência de qualquer um dos dois países (MACCANN: 1995).

Vargas tinha como objetivo usar o conflito para conseguir financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e o reequipamento das Forças Armadas. Os alemães pareciam mais propensos a cooperarem com o Brasil na venda das armas e no possível financiamento da usina. Isso fez com que Vargas mantivesse o país em posição de neutralidade até 1942.

Foi pensando em conter o avanço alemão na América Latina que os Estados Unidos passaram a investir intensivamente na aproximação econômica e cultural com os vizinhos do sul. Em 1940, foi criado o *Office Of The Coordinator Of Inter-American Affairs* (OCIAA), dirigido pelo multimilionário estadunidense Nelson Rockefeller, cuja função seria a de

Promover medidas de curto e longo alcance para recuperar as economias combatidas dos vizinhos latino-americanos (comprando sua produção agrícola e mineral exportável), bem como estabelecer um vigoroso programa educacional, de relações culturais, de informação e de propaganda. (MOURA, 1991, p. 21).

O Birô, como ficou conhecido (MOURA, 1991) era estruturado em quatro divisões: Divisão Comercial e Financeira, Divisão de Comunicação, Divisão de Saúde, Divisão de Relações Culturais. E foi responsável por empreender uma série de medidas que visavam combater a influência alemã na América Latina e levar os países do continente a se aliarem aos Estados Unidos.

No Brasil, a propaganda se tornou, então, a principal arma no combate a influência alemã e na divulgação dos valores estadunidenses. Pesquisas foram realizadas para descobrir o que os brasileiros pensavam dos Estados Unidos (TOTA: 2000). O intercâmbio cultural foi estimulado através da apresentação de músicos e pintores brasileiros em New York e pela

PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940: AS VIAGENS DE
ROBERT KING HALL E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO INEP
ADRIANA MENDONÇA CUNHA

vinda de atores e diretores estadunidenses ao Brasil para divulgar suas produções e fazerem filmes sobre o país.

Organizações como o Instituto Brasil-EUA (IBEU) desempenharam um importante papel na difusão da cultura estadunidense. Instituição não governamental, o IBEU foi fundado no Rio de Janeiro em 1937 com o objetivo de promover o intercâmbio cultural entre as duas nações através da concessão de bolsas para estudantes brasileiros nos Estados Unidos e vice-versa, oferecendo cursos de inglês, atividades educativas, recepcionando estadunidenses de passagem pelo Brasil e expondo obras de artistas de ambos os países.

Mantido através de doações de sócios e empresas, o IBEU era patrocinado por grandes companhias como a *Standard Oil Company* e a *Ford Motor Company*, entre outras. Além de instituições privadas, universidades estadunidenses e órgãos do governo brasileiro, como o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), concediam auxílio através de bolsas de intercâmbio para estudantes. Entre as universidades que forneciam bolsas para o instituto estavam a *Michigan University* e a *Columbia University*, nas quais o professor Robert King Hall estudou e foi professor. O pesquisador estadunidense, inclusive, esteve presente no IBEU em algumas ocasiões, recebendo homenagens e realizando algumas palestras^{II}.

Em 1940, Robert King Hall recebeu uma bolsa do instituto para passar seis meses realizando pesquisas no Brasil. Em entrevista ao periódico *O Jornal*, fez questão de ressaltar que foi

(...) Um dos três estudantes de Michigan escolhidos para realizar o intercâmbio com o Brasil, por intermédio do Instituto Brasil-Estados Unidos. A bolsa foi fornecida pelo Itamaraty, graças a ação do ministro Oswaldo Aranha, sempre interessado na aproximação cultural entre os dois grandes países da América (HALL: 1940).^{III}

Além disso, contou ainda com um avião, “*Argentina Fellowship*”, fornecido pela *Pan American Airways*, para que pudesse realizar um ano de viagens pela América do Sul. Principal empresa aérea estadunidense na década de 1930, a *Pan Am*, como ficou conhecida, disputou, nos anos 1940, o espaço aéreo brasileiro com a Varig, Condor (alemães) e Vasp. Entre 1938 e 1941, os Estados Unidos temiam um ataque do Eixo ao continente. Por isso, procuraram afastar a influência alemã e italiana nas linhas aéreas latino-americanas. A *Pan American* contribuiu com o governo estadunidense ao criar bases aéreas e campos de pouso que ajudaram, durante a guerra, a enviar homens e armas para a Europa. (PRADO: 1995; MCCANN, 1995; RINKE: 2015).

Durante a guerra, o principal interesse de Hall foi estudar a educação nas colônias alemãs e japonesas residentes no Brasil^{IV}. Entre os meses de janeiro e outubro de 1940, Hall realizou inúmeras viagens para coletar dados para suas investigações. Com o avião disponibilizado pela *Pan Am*, visitou os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina. No penúltimo, conheceu os núcleos italianos da cidade de Piracicaba e alemães de Campinas. No último, percorreu todo o estado visitando as colônias alemãs ali residentes.

Hall também teceu diversos elogios às ações empreendidas pelo governo brasileiro no sentido de nacionalizar os imigrantes. Em matéria bastante sugestiva, intitulada *O papel que o Brasil desempenhará depois da guerra*, publicada no jornal *A Ordem*, em agosto de 1943, numa palestra sobre a educação brasileira, ministrada na Universidade de Harvard, Hall discutiu o método utilizado pelo governo brasileiro para combater a propaganda do Eixo no país.

Em Boston, o dr. Robert King Hall, da Universidade de Harvard, declarou numa conferência que o governo brasileiro o adotou um método de lidar com os nazistas que poderia muito bem servir de exemplo para as outras Nações Unidas. O Brasil

PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940: AS VIAGENS DE
ROBERT KING HALL E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO INEP
ADRIANA MENDONÇA CUNHA

reconheceu a futilidade dos esforços de tentar convencer pela força essas pessoas a se tornarem bons brasileiros. Em troca, procura demonstrar que o estilo de vida brasileiro é melhor que o nazismo, abrindo escolas sociais modelos, no lugar de uma escola clandestina fechada pelo governo. (O papel que o Brasil desempenhará depois da guerra. **A Ordem**. Rio Grande do Norte. Terça-feira, 03 de agosto de 1943, ano VIII, nº 2.326, pg. 04).

Em sua fala, Hall se referia às ações do governo brasileiro, iniciadas com a criação do Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril de 1938, através do qual ficava proibido o funcionamento de partidos políticos estrangeiros e a circulação de periódicos. Além disso, determinava a criação de escolas públicas brasileiras no lugar das escolas de imigrantes, instituindo a adoção do uso de português e do currículo escolar brasileiro. Com isso, Vargas pretendia eliminar não apenas a influência do Eixo no Brasil, mas também nacionalizar os imigrantes e criar um estado forte e coeso.

No ano anterior à palestra de Hall, a aliança entre Brasil e Estados Unidos foi efetivada com o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo e a entrada do país no conflito, depois do torpedeamento de vários navios brasileiros por um submarino alemão^V. Pensando no papel que o Brasil poderia desempenhar no mundo pós-guerra, Getúlio Vargas decidiu enviar tropas para lutar na Europa ao lado dos aliados. Criada em 1943, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) era composta por unidades de todo o território nacional, incluindo militares regulares, conscritos convocados e voluntários (FERRAZ: 2005: p.46).

Com o fim do conflito, em 1945, a aliança do país aos Estados Unidos estava consolidada e garantiu o alinhamento incondicional do Brasil durante a Guerra Fria. A participação dos brasileiros na luta contra as ditaduras na Europa, estimulou o crescimento de movimentos de oposição que reivindicavam liberdade de imprensa e a organização de novas eleições, culminando na deposição de Vargas.

Depois de quinze anos, novas eleições foram realizadas dando vitória ao antigo ministro da guerra de Getúlio, o general Eurico Gaspar Dutra que venceu com 55% dos votos. Ao assumir o poder, em janeiro de 1946, o novo presidente deu início a criação de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma nova constituição, a fim de substituir a de 1937. Promulgada em setembro, a nova carta garantia a liberdade de expressão e religião, estendia o direito ao voto a todas as mulheres. Ao mesmo tempo, restringia o voto a pessoas alfabetizadas, fazendo com que “mais da metade da população brasileira ficasse excluída do exercício político” (SKIDMORE: 2010: p. 98).

Mesmo com uma nova constituição e com o restabelecimento do regime democrático, o governo Dutra foi caracterizado por intensa perseguição política, com o expurgo de funcionários públicos ligados ao Partido Comunista, repressão aos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos de esquerda. Já em 1947, colocou o Partido Comunista na ilegalidade e cassou os mandatos de todos os políticos do partido, mesmo que eleitos democraticamente. (MUNHOZ: 2002: p. 52). Notícias de maus tratos e violência contra militantes e jornalistas chegaram a ser registradas na imprensa da época.

No plano internacional, Dutra empreendeu uma política de alinhamento aos Estados Unidos. Em 1947, rompeu relações diplomáticas com a União Soviética. Fazia parte da estratégia brasileira, para o pós-guerra, conseguir obter o máximo possível de participação no cenário político internacional. Por isso, o país pleiteou um assento permanente no Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU). Inicialmente, os Estados Unidos apoiaram a candidatura, retirando o apoio logo após a União Soviética vetar o ingresso do Brasil no conselho.

A participação atuante do país nas comissões da ONU e no conselho de segurança, como membro não permanente, despertou a crença de que o Brasil era um aliado especial dos

PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940: AS VIAGENS DE
ROBERT KING HALL E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO INEP
ADRIANA MENDONÇA CUNHA

Estados Unidos. Por isso, sua atuação na ONU foi marcada pelo apoio aos Estados Unidos em todas as decisões importantes e a oposição às iniciativas soviéticas ou de países comunistas (MOURA: 2012).

Em função do ativo apoio a Washington durante a Segunda Guerra Mundial e do alinhamento automático na Guerra Fria, os conservadores brasileiros então no poder esperavam manter relações especiais com o governo norte-americano. (VIZENTINI: 2011: p. 213).

Isto, porém, não aconteceu, visto que os Estados Unidos estavam mais preocupados com a reconstrução econômica da Europa e a situação política na Ásia. A América Latina, no início da Guerra Fria, não era uma área prioritária para o governo estadunidense que já tinham garantido sua hegemonia na região durante a guerra.

No pós-guerra, as constantes tentativas do governo brasileiro de conseguir ajuda econômico-financeira dos Estados Unidos foram respondidas de modo evasivo, com sugestões para “a utilização de recursos internos e o estabelecimento de condições propícias à atração de capital privado norte-americano” (VIZENTINI: 2011: p. 214). A partir de então, o governo estadunidense procurou manter acordos de cooperação técnica, com envio de especialistas para trabalhar juntamente com técnicos brasileiros em comissões cujo objetivo era oferecer indicações de melhorias para a indústria, saúde e educação. Contudo, estes acordos não estabeleciam ou garantiam ajuda financeira por parte dos EUA.

Foi neste contexto que Robert King Hall retornou ao Brasil em 1948 para realizar novas pesquisas. A sua última passagem pelo país fora em outubro de 1940. As fontes indicam que durante estes oito anos ele esteve em justifica a ausência de viagens ao Brasil neste período. Assim que chegou, Hall concedeu entrevista ao *O Jornal* afirmando que retornava para:

Encontrar-se com ex-alunos do *Teachers College* da *Columbia University*; visitar líderes da educação brasileira que não teve oportunidade de ver desde o início da guerra; visitar alguns centros brasileiros e depois seguir para a Argentina a fim de dar um curso rápido na Universidade de Tucumán. (Interesse norte-americano pelos estudantes estrangeiros. *O Jornal*. Rio de Janeiro. Domingo, 13 de junho de 1948, ano XXX, nº 8.627, p. 01).

As afirmações de Hall indicam seu estreito contato com “líderes da educação brasileira”, referindo-se a intelectuais ligados a órgãos educacionais do país. Algumas fontes como telegramas e jornais nos revelaram a proximidade de Hall com diversas figuras do meio educacional, como o ministro da educação de Vargas, Gustavo Capanema, os diretores do INEP, Lourenço Filho e posteriormente, Murilo Braga, os sociólogos Arthur Ramos e Gilberto Freyre, entre outros.

Outras matérias publicadas neste mesmo ano revelavam o contínuo interesse de Robert King Hall pela educação nas áreas coloniais japonesas e alemãs. Ao passar por São Paulo, o *Gazeta de Notícias* informava que Hall, “encontra-se em vista de contato com os centros da instrução brasileira, com os quais reaviva conhecimentos diretos adquiridos antes da guerra^{VI}”. Os conhecimentos aos quais a notícia fazia menção eram justamente os estudos desenvolvidos por Hall, no início da guerra, sobre os japoneses e alemães residentes no Brasil.

Ainda sobre sua estadia em São Paulo, o *Diário de Notícias* esclarecia que a passagem de Hall pelo estado tinha o intuito de “realizar observações sobre o comportamento de núcleos japoneses no após guerra^{VII}”. Em agosto do mesmo ano, o periódico *Vida Política* publicou um relato, escrito por Hall, sobre uma viagem realizada de carro pelo estado de Santa Catarina, no qual visitou colônias alemãs^{VIII}. No texto, o pesquisador estadunidense afirmava

que “há oito anos atrás que fiz uma das mais interessantes experiências da minha carreira profissional: uma viagem de automóvel através do estado de Santa Catarina, percorrendo colônias alemãs especialmente” (HALL: 1948).

Novamente no Brasil, Robert King Hall realizou a mesma viagem, agora, para verificar qual a reação dos alemães e japoneses em relação a derrota do Eixo na guerra e qual o grau de adaptação destes imigrantes ao sistema educacional brasileiro. Na sua realização, Hall contou com a assistência do Secretário de Educação estadual, Armando Simone Pereira, e do inspetor do ensino nas zonas coloniais, Luiz Trindade. Sobre o que viu, oito anos depois de sua passagem pelo estado, afirmou:

Se eu não tivesse sabido que tal área antes fora predominantemente germânica e que, pouco antes da guerra, constituía um problema nacional sério, dificilmente chegaria a crer que ela jamais tivesse sido uma colônia alemã” (HALL:1948).

Além da pesquisa sobre os imigrantes, Robert King Hall também deu início, em seu retorno ao país, a investigações sobre o ensino industrial e rural brasileiro, tendo atuado em algumas instituições como técnico. Inclusive, nos anos de 1948, 1949 e 1950, Hall esteve durante vários meses no Brasil, ministrando palestras, cursos e trabalhando em projetos do governo brasileiro, como o programa de educação rural coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com o qual colaborou entre 1949 e 1950.

O Governo Dutra e o combate ao analfabetismo nas zonas rurais

Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, no final de 1945, o Brasil retornava ao regime democrático depois de quinze anos de governo Vargas. Para organizar o país em moldes liberais, uma nova Constituição foi elaborada para substituir a de 1937. No tocante ao processo eleitoral, a nova Carta, outorgada em setembro de 1946, determinava a escolha do presidente por voto direto e secreto para um mandato de cinco anos. Além disso, conferia “o direito e a obrigação do voto aos brasileiros alfabetizados, maiores de dezoito anos, de ambos os sexos” (FAUSTO: 2010: P. 342).

A restrição do voto a pessoas alfabetizadas deixou em evidência um gravíssimo problema educacional: 56% da população maior de 18 anos, no Brasil, era composta por analfabetos. Sendo assim, mais da metade dos brasileiros em idade eleitoral não poderiam escolher seus governantes. A perspectiva de futuro também não era das melhores, visto que mais de três milhões e quinhentas mil crianças em idade escolar não tinham acesso à escola (DUTRA, 1947).

Esta situação foi destacada na primeira mensagem de Gaspar Dutra ao Congresso no final de 1947. Nela, o presidente fez um balanço do primeiro ano de mandato e apresentou a situação do ensino público no país, ressaltando o “desejo de converter o sistema educativo num instrumento de esclarecimento do povo e de preparação para a prática da verdadeira democracia” (DUTRA, 1947). A educação passava não só a ser o caminho para o exercício da democracia, mas também deveria ser usada como mecanismo no combate ao comunismo:

A democracia justifica e reclama providência de defesa, tanto mais salutares, quanto mais entranhadas em ânimo preventivo. Remediar é sempre mais penoso que acautelar. Contra as ideologias declaradas partidárias do emprego da violência, a luta começa no lar, desdobra-se na escola e acompanha a cada um e a todos no decorrer da inteira existência (DUTRA, 1947).

O analfabetismo e a decorrente ignorância deste estado seriam responsáveis por converter a população em presa de “propagandas fáceis e perturbadoras que irão procurar o elemento político passivo, com ajuda do qual submeterão as nossas instituições a um combate

cada vez mais violento e fanatizado” (DUTRA, 1947). Lembremos que neste momento se iniciava a Guerra Fria e a perseguição aos comunistas no Brasil esteve presente no governo Dutra. “Anticomunista histórico”, em seu mandato rompeu relações diplomáticas com a URSS, colocou o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ilegalidade e demitiu funcionários públicos ligados ao partido (MUNHOZ: 2002).

Sendo assim, erradicar o analfabetismo não era apenas um meio de elevar o nível de instrução da população brasileira e garantir o progresso nacional, fazia parte também de um mecanismo de controle social. Através da educação seria possível civilizar o povo ‘ignorante’ e transformá-lo num cidadão consciente de seus deveres para com a nação. O combate ao comunismo e a valorização da democracia eram parte essencial deste projeto educacional e estava em harmonia com as diretrizes traçadas por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Criada em 1946, a UNESCO é um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) cujo intuito principal é colaborar com o combate ao analfabetismo no mundo^{IX}. Segundo Claudia Moraes (2003) sua criação deu um novo sentido ao termo alfabetizar que deixou de ser apenas o ato de ensinar a ler, escrever e contar e transformou-se no “processo de capacitação para o desempenho de uma vida social que envolvia desígnios da cidadania representativa, da tecnificação do trabalho, da democracia liberal e seus valores culturais, morais e cívicos” (MORAES: 2003: P. 04).

Inclusive, esta instituição desempenhou uma forte influência nos programas voltados para a alfabetização das populações rurais em países em desenvolvimento, como o Brasil. Entre as recomendações fornecidas estava a utilização de meios audiovisuais, como cinema e o rádio para difundir conhecimentos práticos relativos à saúde, agricultura, planejamento familiar e desenvolvimento, em regiões onde faltavam escolas, professores e material didático (WERLE: 2011)^X.

Partilhando desta visão, o governo Dutra empreendeu uma política educacional voltada para o combate ao analfabetismo. Para alcançá-lo, lançou mão de um plano nacional de alfabetização de adultos e da adoção de convênios entre União e estados para construção de escolas primárias nas zonas rurais de todo o país. O primeiro, de caráter supletivo, voltava-se para jovens e adultos analfabetos das zonas urbanas e rurais. O segundo visava oferecer a crianças em idade escolar nas áreas mais distantes do país o acesso à escola.

A expansão da rede de ensino primário nas zonas rurais se efetivou por meio do Convênio Nacional de Ensino Primário (CNEP), criado ainda no governo Vargas. Instituído através do Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942, autorizava:

O ministro da educação a assinar, com os governos dos Estados, Territórios e Distrito Federal, o Convênio Nacional de Ensino Primário, destinado a fixar os termos gerais não só da ação administrativa de todas as unidades federativas relativamente ao ensino primário mas ainda da cooperação federal para o mesmo objetivo (Decreto-Lei nº 4.958, 14/11/1942, Art. 4º).

O decreto criava, ainda, um Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) destinado à ampliação e melhoria do ensino primário em todo o país. Proveniente de tributos federais, o fundo seria aplicado de acordo com as necessidades de cada estado e conforme os recursos disponíveis em cada ano. A distribuição dos recursos deveria ser dividida em 70% para construção de prédios escolares, 25% na educação de jovens e adultos e 5% em bolsas de estudos para profissionais do serviço de inspeção e orientação (ÁVILA: 2013).

A assinatura do convênio, além de estabelecer uma parceria entre a União e os estados para a ampliação do ensino primário, tornava obrigatório aos estados “aplicar, no ano de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente de seus impostos na manutenção,

ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário” (Decreto-Lei nº 5.293, de 01/03/1943, Cláusula Terceira). A cada ano deveriam ser acrescidos mais um por cento até atingir os 20%, em 1949, que seriam mantidos. Já os municípios, deveriam comprometer 15% da renda para o ensino primário até 1949, ficando também fixa esta taxa de investimento. Mesmo tendo sido assinado em 1943, os recursos do convênio só começaram a ser liberados no fim do Estado Novo (ÁVILA: 2013).

Ao iniciar seu mandato, Dutra deu continuidade ao acordo firmado anteriormente, direcionando a construção de escolas primárias subsidiadas pela União para as áreas rurais, onde predominavam os altos índices de analfabetismo e evasão escolar. Esta atitude não era resultado apenas da preocupação com os baixos índices de instrução da população rural, mas refletia principalmente uma política de contenção do êxodo rural e capacitação de mão-de-obra para atender as novas exigências de uma produção voltada para a modernização e o desenvolvimento industrial.

Com 70% da sua população vivendo na zona rural, na década de 1940, o Brasil passava por um rápido processo de industrialização e urbanização, iniciados ainda nos anos 1930. A ausência de água encanada, saneamento básico, energia elétrica, estradas, e o predomínio do latifúndio levavam milhares de pessoas a emigrarem rumo aos centros urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Com essa expansão, a procura pelo ensino público também cresceu, deixando em evidência a precariedade e o número insuficiente de escolas (ROMANELLI: 2010).

O rápido crescimento das cidades passou a preocupar o governo que via no êxodo rural um problema a ser enfrentado através da adoção de um modelo de ensino que fosse responsável por:

Civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não apenas a ler, escrever e contar, mas hábitos de higiene e valorização da vida no campo. Manter o homem no campo, mas em condições de tornar o campo moderno, de modo a implantar a economia associada ao rural” (SCHELBAUER: 2014: P. 80).

Era preciso promover a melhoria da qualidade de vida das populações rurais através de práticas higienistas que ajudassem no combate a doenças como malária e verminoses, dar acesso a conhecimentos técnicos para a melhoria da produção e garantir a fixação do homem no campo. Por isso, se fazia necessário estabelecer um tipo de ensino diferente do adotado na cidade, impedindo assim a fascinação e fuga em direção aos centros urbanos.

Para alcançar estes objetivos, o governo procurou organizar e dar legitimidade ao ensino rural, criando através do Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Por meio dela, não se organizava apenas o ensino rural, mas também se efetuava sua separação da rede primária regular, tornando-a uma modalidade de ensino diferenciada e destinada à formação de trabalhadores para as atividades rurais. Estabelecia entre suas finalidades atender:

- 1 – Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e sua formação humana.
 - 2 – Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra.
 - 3 – Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.
- (Decreto-Lei nº 9.613, 20/08/1946, Art. 2º)

A organização do ensino rural seria de responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério da Agricultura que deveriam trabalhar conjuntamente para promover a

expansão da educação entre a população das zonas rurais. Caberia ao primeiro fixar as diretrizes e ao segundo dirigir e gerenciar seu funcionamento. Até 1930, a responsabilidade pelo ensino agrícola era exclusiva do Ministério da Agricultura. Contudo, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, as questões relacionadas ao ensino nas zonas rurais passaram também a ser administradas pelo recém-criado ministério.

Segundo Sonia Mendonça, a historiografia sobre o tema privilegia as ações do MES em detrimento das do MA, sem levar em consideração que “várias modalidades de ensino agrícola foram subordinadas, simultaneamente, as duas agências estatais” (MENDONÇA: 2016: P. 03). O que provocou uma série de disputas entre os dois ministérios pela tutela do ensino rural durante toda a década de 1930. A partir de 1937, as atribuições foram divididas, com o MES se responsabilizando pelo ensino rural elementar e o MA pelo ensino secundário e superior rural. Por isso, em 1946, quando o governo direcionou os acordos do convênio nacional do ensino primário para a construção de escolas rurais, coube ao INEP, por designação do MES, organizar e traçar as diretrizes para a execução do programa.

O INEP e o programa de construção de escolas rurais

Criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia iniciou suas atividades no ano seguinte com a publicação do Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. O decreto regulamentava e estruturava a instituição, modificando também sua denominação para Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Subordinado ao Ministério da Educação e Saúde (MES) caberia a ele:

- a) Organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) Manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas pertinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) Promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) Prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) Divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e a prática pedagógicas.

(Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938).

Até então, os dados estatísticos referentes a situação do ensino no Brasil eram incompletos e desorganizados. A criação do instituto representou o esforço em conhecer a realidade educacional do país e buscar soluções para resolver os problemas detectados. Sendo assim, além de reunir e organizar toda documentação relativa ao ensino, elaborar censos e dados estatísticos, ao INEP foi atribuída a responsabilidade de indicar, através de pesquisas, soluções para os problemas educacionais do país. Cabendo ainda, organizar cursos de aperfeiçoamento e treinamento de professores e técnicos. Pela direção do instituto passaram diversos intelectuais como Lourenço Filho (1937-1946), Murilo Braga de Carvalho (1946-1952) e Anísio Teixeira (1952-1964).

Para realizar a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela instituição, o INEP criou, em 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP). De distribuição gratuita, o periódico apresentava resultados de pesquisas, dados estatísticos elaborados pelo instituto, divulgava as ações do Ministério da Educação e publicava textos voltados para professores e técnicos educacionais de todo o país. Artigos de escritores brasileiros e estrangeiros sobre diversas questões relacionadas ao ensino também eram publicados em todas as edições.

PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940: AS VIAGENS DE
ROBERT KING HALL E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO INEP
ADRIANA MENDONÇA CUNHA

Foi o caso do professor Robert King Hall que teve textos divulgados na RBEP em três edições. O primeiro deles, intitulado *Autonomia da Educação: uma ficção desejável*, publicado em agosto de 1949; seguido por *Observações e Impressões sobre o ensino rural no Brasil*, em janeiro de 1950; e por fim, *Problemas de Educação Rural*, em agosto de 1950. Os dois últimos diziam respeito a atuação de Hall no programa de construção de escolas primárias rurais coordenado pelo INEP.

Para além da organização de dados estatísticos e divulgação das ações do MES através da RBEP, o INEP foi ganhando, durante os anos 1940, espaço e se transformando em gerenciador de políticas públicas voltadas ao ensino. A coordenação do programa de expansão do ensino primário nas zonas rurais, desenvolvido durante o governo Dutra pode ser considerada um exemplo disso. Tendo sido a ele,

Confiada a missão de selecionar os tipos mais apropriados e econômicos de prédios escolares, para as zonas rurais, e de distribuir, equitativamente, os novos recursos disponíveis entre as unidades da Federação, mediante acordos bilaterais” (DUTRA: 1947: P. 30).

Através de convênios assinados entre o INEP e os estados, os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário eram distribuídos entre aqueles que não tinham condições de arcar com os custos das construções. Após assinar os termos, os governos estaduais se comprometiam a construir um determinado número de escolas em municípios indicados pelos INEP após estudos. Depositado em parcelas, os recursos só eram liberados após o cumprimento das metas estipuladas pela instituição que enviava, mensalmente, técnicos para verificar o prosseguimento das obras. Além de fiscalizar as construções, cabia ao instituto fornecer suporte técnico.

Segundo mensagem do presidente Dutra, só em 1946, primeiro ano de execução do projeto, foi programada a construção de “1.200 novas escolas rurais, pouco mais de metade em construção, estando algumas em vias de acabamento”. Até o final de 1947, planejava-se construir “mais 2 mil escolas e estender a sua ação supletiva também à criação de 40 escolas normais para a formação de professores rurais” (DUTRA: 1947: P.30).

Pesquisas apontam que diversos estados foram beneficiados com o convênio. Segundo Pinheiro (2002), na Paraíba, em 1948, existiam 28 escolas rurais em funcionamento e mais 100 em construção, todas financiadas através do programa do INEP. O Paraná, em 1949, contava com 500 unidades (SCHALBAUER: 2014). Em Sergipe, mais de 200 escolas primárias rurais foram construídas entre 1947 e 1950 (CUNHA: 2015).

Uma outra questão ressaltada na mensagem presidencial de 1947, foi a preocupação com a formação do professor para atuar nas escolas primárias rurais.

A falta de um professorado primário, recrutado entre as próprias populações rurais e preparado especialmente para enfrentar os problemas do meio, era, até hoje, uma das mais graves lacunas do nosso sistema de escolar primário e uma das principais causas do analfabetismo que grassa em nosso meio rural (DUTRA: 1947: P. 30).

Ao organizar um modelo de ensino voltado para a valorização do meio rural, fixação do homem no campo e a promoção da qualificação de mão-de-obra, o programa preconizava a formação de um novo tipo de professor, adaptado as exigências do meio ao qual estaria inserido. Por isso, o projeto previa também a construção de escolas normais localizadas nas zonas rurais e voltadas para preparação de docentes capazes de promoverem uma verdadeira transformação social, “levando ao homem do campo os hábitos, atitudes e conhecimentos escolares, aliados ao domínio de técnicas de plantio e industrialização caseira de alimentos” (MIGUEL: 2008: P. 85).

Construídas por meio dos recursos federais, as escolas normais rurais deveriam selecionar jovens da própria localidade para ingressarem no curso e se qualificarem para atuar nas escolas primárias rurais da região. Os currículos deveriam ser voltados para a aprendizagem de técnicas de agricultura, puericultura, jardinagem e criação de pequenos animais. Para além da formação técnica, esperava-se que estes professores estivessem em harmonia com a comunidade na qual estavam inseridos.

Levando em consideração o fato de que as escolas normais estavam sendo construídas em paralelo as escolas primárias, e o ensino normal tradicional não seria capaz de formar o tipo de professor almejado, o INEP iniciou um programa de treinamento através do qual professores, diretores e coordenadores recebiam capacitação para atuar nas escolas rurais por meio de cursos realizados na sede da instituição, no Rio de Janeiro.

Organizados anualmente, os cursos recebiam professores de todo o país “com o objetivo de formar uma elite capaz de assumir a responsabilidade da direção da educação nos diversos setores educacionais” (BRAGA: 1950). Os participantes, selecionados pelos departamentos estaduais de educação, recebiam uma bolsa de estudos para financiar a viagem e a estadia na capital.

Ao voltarem aos seus estados, os professores se comprometiam a integrar o corpo docente das escolas primárias rurais e os diretores e coordenadores ficavam responsáveis por organizar, em nível estadual, cursos semelhantes. Esta prática foi bastante comum durante toda a década de 1940 em vários estados que possuíam escolas primárias rurais. No Paraná, por exemplo, além dos cursos eram distribuídas entre os professores cartilhas com diversas orientações (SHELBAUER: 2014).

Para organizar e ministrar o curso de aperfeiçoamento para professores primários rurais no ano de 1949, o INEP contratou o professor Robert King Hall. O diretor do instituto, Murilo Braga, justificava que a contratação se dava “não só pela experiência que possui no trato dessas questões, como pelo profundo conhecimento dos problemas do Brasil” (BRAGA: 1950). Conhecido pelas viagens realizadas ao Brasil, Robert King Hall colaborou com a instituição entre o final de 1949 e meados de 1950, tendo organizado um curso de problemas de educação rural no Rio de Janeiro e em Aracaju e visitado as escolas em construção no estado de Sergipe, produzindo um relatório sobre o programa.

Robert King Hall e o programa de treinamento de professores rurais

Em um memorando enviado ao ministro da educação, Clemente Mariani, no dia 08 de dezembro de 1949, o diretor do INEP, professor Murilo Braga, solicitava a autorização para pagamento a Robert King Hall pelo curso ministrado para professores primários. Na mensagem informava que

Este instituto comprometeu-se a fornecer as passagens de ida e volta do referido professor, assegurando-lhe, ainda honorários na importância de Cr\$ 20.000,00. Para a efetivação dessas providências de ordem administrativa, cabe-me solicitar a aprovação de Vossa Excelência, informando que o INEP dispõe de recursos próprios para tais despesas (BRAGA: 1949).

O curso ocorreu entre os dias 07 e 24 de dezembro daquele ano, na sede do INEP, no Rio de Janeiro. Contou com a participação de 160 professores de vários estados que receberam auxílio através de bolsas de estudos concedidas pela instituição. Amplamente divulgado pela imprensa, foi publicado em forma de relatório intitulado *Problemas de Educação Rural*, publicado pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em maio de 1950. Contendo mais de 100 páginas, nele Hall apresenta o plano de trabalho desenvolvido, os temas debatidos e bibliografia utilizada.

Destino a capacitar docentes para atuarem nas escolas primárias rurais construídas pelo programa federal, o curso foi dividido em seis temas: 1- *integração da escola primária na comunidade rural*; 2- *elaboração do programa para a escola primária na comunidade rural*; 3- *formação de professores para a escola primária rural*; 4- *o professor da escola primária rural e o processo de desenvolvimento econômico – tecnologia e ciência*; 5- *o professor da escola primária rural e o processo de desenvolvimento econômico – mudanças de padrões culturais*; 6- *o papel da escola primária rural na segurança nacional*.

O relatório tem um caráter didático e resumido dos principais pontos considerados por Hall como fundamentais para um ensino primário rural de sucesso. Foi elaborado em forma de perguntas que buscavam fazer o professor refletir sobre o papel da escola e do próprio docente no desenvolvimento humano e econômico do país. Ao final de cada tema era apresentada uma questão sobre a qual o aluno/professor deveria escrever uma redação. Cabe aqui a reflexão de algumas questões apresentadas por Hall.

- 1- **Qual a liberdade de que gozo em minha escola para adotar o método de projetos e criar meu próprio programa? Posso obter cooperação dos residentes da comunidade para a realização desse projeto? (HALL, 1950, p. 36).**
- 2- **Aplique à escola em que V. trabalhava antes de cursar este Seminário, a lista de verificação elaborada por Caswell para as escolas dos Estados Unidos e que é apresentada depois deste questionário. (HALL, 1950, p. 49).**
- 3- **Qual a modificação mais importante ocorrida na sua escola, em consequência da Segunda Guerra Mundial (até agora o acontecimento mais importante do século XX)? (HALL, 1950, P. 72).**

Estes questionamentos foram retirados de diferentes temas abordados por Hall no curso. O primeiro deles se refere a discussão apresentada sobre a questão do currículo da escola primária rural. A quem caberia decidir? O Estado? O professor? A equipe diretiva da escola? Para Hall, o currículo das escolas deveria ser uma construção constante e democrática. O Estado, todos que compunham a escola, os alunos e a comunidade deveriam ser ouvidos no processo de formulação do currículo. Sempre valorizando as necessidades locais.

A segunda questão é bastante interessante no sentido de que Hall direciona os professores/alunos a compararem o modelo de escolar brasileiro com o modelo norte-americano. O autor utiliza, em vários momentos, exemplos de medidas adotadas pelos Estados Unidos para melhoria do ensino que poderiam servir de modelo para outros países. Falando sobre a valorização do professor, ele nos diz que “nas áreas rurais mais prósperas [dos EUA], a posição social do professor, suas condições de vida, suas condições de trabalho e a formação de professores rurais oferecem maiores vantagens que o ensino urbano” (HALL, 1950, p. 49).

Um aspecto bastante abordado pelo professor norte-americano são os avanços tecnológicos e da ciência e o desenvolvimento que trariam para o mundo rural. Hall destaca o papel da formação do professor, da informação, da leitura de revistas, jornais, da realização de viagens de estudo, de cursos de aperfeiçoamento. O professor assumiria o papel social de levar a civilização para a comunidade rural. Contudo, as propostas pareciam estar muito distantes da realidade brasileira.

Em 1950, mais da metade da população brasileira vivia em zonas rurais, sem saneamento básico, vítimas de doenças e sem acesso a água encanada, luz elétrica e escola. As poucas escolas existentes eram pequenas casas com apenas uma sala de aula, sem recursos e muitas vezes sem professora. Acontecimentos como a Segunda Guerra Mundial eram ignorados por grande massa da população brasileira.

O curso apresentava ainda o papel que a escola primária rural deveria desempenhar na vida da comunidade. Antes de ser um lugar de conhecimentos abstratos e desinteressantes

para a vida das crianças, a escola rural deveria prezar pelo conhecimento de “coisas práticas”, úteis a vida no campo. A sua função era contribuir para a melhoria dos hábitos de higiene e saúde, melhoria da produção com o ensino de técnicas de puericultura, uso de sementes e adubos. O ambiente escolar era o lugar onde o aluno aprenderia técnicas que seriam levadas para a comunidade.

Terminado o curso, Robert King Hall foi convidado por Murilo Braga para realizar uma viagem ao Estado de Sergipe para conhecer o projeto em andamento. A escolha deste estado se justificava pelo fato de ser o local com maior número de escolas construídas com o auxílio do governo federal. Foram em torno de 218 rurais construídas a partir do programa modelo do INEP. Cada uma destas escolas atendia cerca de 80 pessoas por dia, 40 pela manhã e 40 pela tarde^{XI}.

Segundo matéria publicada em 15 de janeiro de 1950 pelo jornal *Diário de Notícias*, Robert King Hall “percorreu o Oeste e o Norte de Sergipe, numa extensa área entre Aracaju e Paulo Afonso, Aracaju e Propriá, no Baixo São Francisco. Visitou vinte e quatro escolas rurais, três grupos escolares e uma escola normal rural”^{XII}. Sobre a viagem e as impressões que teve sobre as escolas ele escreveu o relatório *Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil*, publicado no boletim nº 64 do INEP, em junho de 1950.

No relatório, Hall apresenta suas dúvidas iniciais quanto ao sucesso do projeto, as impressões que teve ao conhecer de perto sua execução e indica melhorias a serem feitas a fim de aperfeiçoá-lo. De maneira geral, elogia o empreendimento que classifica como “um dos maiores programas educativos em curso neste Continente” (HALL, 1950, p. 07). Apresentou também o temor em relação a continuidade do projeto “em virtude da rejeição ou modificação das diretrizes atuais, por um grupo político que passe ao poder” (HALL, 1950, p. 08).

Além das advertências e elogios ao programa, o professor norte-americano indica uma série de melhorias a serem feitas no projeto.

- 1- A continuidade na construção de escolas até que se eliminasse por completo a carências de escolas primárias. Para ele, inclusive, chegara o momento em que o INEP deveria dar maior autonomia aos estados para a escolha da localidade onde as escolas seriam construídas (HALL, 1950, p. 20).
- 2- Acelerar a formação dos professores para atender as escolas primárias rurais. Maiores investimentos deveriam ser feitos nas escolas normais rurais e nos cursos de aperfeiçoamento (HALL, 1950, p. 20).
- 3- Os programas das escolas primárias rurais e das escolas normais rurais deveriam sofrer uma reforma radical. Os novos programas deveriam ser elaborados nas escolas normais rurais com o auxílio de escolas primárias anexas que permitissem o treinamento das futuras professoras. Deveria dar maior atenção a disciplinas como jardinagem, criação de animais, indústrias domésticas (HALL, 1950, p. 27).
- 4- Criação de novos tipos de instituições educativas como escolas para pescadores e escolas consolidadas (HALL, 1950, p. 28).

As observações de Hall sobre o projeto e a realidade brasileira demonstram que o pesquisador norte-americano possuía um vasto conhecimento da política e da educação brasileira. Ao mesmo tempo apresentam uma confiança no sucesso do empreendimento, mas faz questão de ressaltar a importância de maiores investimentos, diversificação do projeto, melhorias técnicas e administrativas que levariam ao pleno desenvolvimento de um programa que buscava erradicar o analfabetismo nas regiões mais distantes do país.

Conclusão

Robert King Hall foi um renomado professor estadunidense que atuou a serviço dos Estados Unidos em diversos países. O fato de ter participado de importantes missões durante

a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria indicam que ele deveria possuir importante ligação com o governo estadunidenses, especialmente com setores militares. Hall parecia apresentar os dois tipos de capital científicos definidos por Bourdieu:

De um lado, um poder que se pode chamar temporal (ou político), poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ele assegura. De outro, um poder específico, “prestígio” pessoal que é mais ou menos independente do precedente, segundo os campos e instituições, e que repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles (BOURDIEU: 2004: p. 35).

O fato de não termos encontrado nenhum trabalho e/ou fontes que abordem a vida e as missões de Hall dificulta o desenvolvimento da pesquisa e o esclarecimento de algumas questões como: quais as suas relações com setores ligados ao poder? Sua origem social poderia explicar sua ascensão profissional ou ela é resultado do seu esforço intelectual? Quais os caminhos percorridos por Hall para chegar a esta posição de prestígio político e científico? Contudo, Marc Bloch nos ensina que “onde calcular é impossível, impõe-se sugerir” (BLOCH: 2004: p. 55). Por isso, apresentaremos aqui algumas reflexões, baseadas nas fontes encontradas e nas leituras realizadas sobre o tema.

Sem dúvida, não deve ser coincidência o fato de que os países sobre os quais ele desenvolveu pesquisas foram justamente aqueles que despertarem o interesse dos Estados Unidos durante e após a guerra. Na América Latina, o foco desses estudos foram os sistemas educacionais argentino, brasileiro e chileno. Os três países possuíam um número considerável de imigrantes alemães, além disso, ocupavam posições estratégicas que poderiam representar uma ameaça aos Estados Unidos, caso algum deles se unisse a Alemanha durante a guerra. Chile e Argentina, por exemplo, se mostraram relutantes em romper relações diplomáticas com o Eixo, só fazendo isso no final do conflito (BETHEL; ROXBOROUGH: 1996).

Mesmo não tendo fontes suficientes que nos permitam confirmar se as suas investigações nestes países faziam parte das missões que desenvolvia para o governo estadunidense, não podemos deixar de associá-las aos esforços dos Estados Unidos em conseguir uma aliança com estas nações. Seu interesse pelo Brasil, em especial, foi resultado da forte política de intercâmbio promovida pelos Estados Unidos no intuito de conhecer as potencialidades econômicas e materiais que o país poderia oferecer ao esforço de guerra. Por meio dela,

A partir de 1941, o Brasil foi literalmente invadido por missões de boa vontade americanas, compostas de professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários, etc. – todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com brasileiros – além das múltiplas iniciativas oficiais. (MOURA, 1991, p. 11).

No pós-guerra, as relações Brasil-Estados Unidos foram marcadas pela crescente dependência financeira e pelo alinhamento político do governo brasileiro, assim como pela intensa penetração cultural estadunidense no país. Aos poucos, a língua, os valores artísticos, culturais e educacionais europeus, especialmente franceses, foram sendo substituídos pela influência estadunidense. Os filmes de *cowboys*, o jazz, a Coca-Cola, os heróis dos quadrinhos, como o Capitão América, se tornaram parte do cotidiano brasileiro.

A partir de então, a exploração de petróleo, a educação e a agricultura passaram a ser objeto de interesse dos Estados Unidos durante o pós-guerra no Brasil. Programas de assistência técnica estadunidenses em colaboração com o Ministério da Agricultura traziam

PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940: AS VIAGENS DE
ROBERT KING HALL E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO INEP
ADRIANA MENDONÇA CUNHA

técnicos ao Brasil para elaborar projetos para melhorar a produção, a exploração do solo e desenvolver técnicas de ensino. “Iniciou-se um projeto de assistência técnica que levou agrônomos, nutricionistas e professores aos Estados Unidos para programas de treinamento. Ao mesmo tempo, vinham ao Brasil professores e técnicos americanos”. (MOURA, 1991, p. 54). A educação rural passou a ser um dos interesses estadunidenses no Brasil. Foram criados programas de assistência agrícola e educação rural que investigavam a potencialidade dos recursos brasileiros:

Depois da guerra, a ‘educação dos brasileiros’ continuou a ser objeto das preocupações de Tio Sam, em particular as questões de ‘educação rural’. Afinal, éramos essencialmente agrícolas. Por isso, elaborou-se em 1945, em convênio com o Ministério da Educação e Saúde, um programa de educação rural. (MOURA, 1991, p. 78).

Não por acaso, entre 1949 e 1950, Robert King Hall colaborou com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos no programa de educação rural, lançado pelo Ministério da Educação e Saúde e coordenado pelo instituto. Sua contratação para ministrar um curso de treinamento para professores primários rurais e a realização de extensa avaliação do projeto, além da proximidade que tinha com o diretor da INEP, Murilo Braga, demonstram a influência que os Estados Unidos passaram a exercer no Brasil a partir de 1945. Prova disso, é a notoriedade que suas passagens pelo país ganharam na imprensa brasileira do período.

Mesmo sendo um estudioso estrangeiro, Robert King Hall conseguiu, de diversas maneiras, compreender a complexidade da sociedade brasileira. Procurou opinar de forma a não desmerecer os esforços do Brasil em busca por desenvolvimento econômico e educacional, mostrando-se bastante político e amigável. O que não é de se estranhar visto que realizou missões em diversos países e conseguiu, com seus contatos, adentrar profundamente a instituições governamentais que muito colaboraram com o desenvolvimento de suas pesquisas fosse com a concessão de auxílio financeiro ou apoio técnico. Contudo, em diversos momentos, indicou melhorias que refletiam mais a realidade norte-americana do que a brasileira.

A partir de 1950, não encontramos registros de passagens de Robert King Hall pelo Brasil. A falta de fontes sobre a vida de Hall nos impede de apontar os reais motivos do fim de suas viagens ao país. Contudo, os indícios encontrados indicam que seu interesse, a partir deste período voltou-se para o Oriente Médio, onde foi atuar junto a uma companhia petrolífera saudita. Para realizar este trabalho, Hall abandonou seu cargo de professor na Universidade de Columbia. Além disso, é possível que isso também fosse reflexo do crescente desinteresse dos Estados Unidos pela América Latina e seu aliado mais importante no continente.

^I Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Graduada em História pela UFS. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS). E-mail: adriana@getempo.org. Esta pesquisa é financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

^{II} Numa pesquisa realizada na Biblioteca Nacional (RJ) tivemos acesso a alguns boletins publicados pelo IBEU entre os anos 1937 a 1954. De circulação interna, estes boletins divulgavam a programação mensal do instituto, publicavam textos de intelectuais estadunidenses e brasileiros que divulgavam o intercâmbio entre os dois países e o modo de vida estadunidense. Robert King Hall aparece registrado no boletim nº 71 de 1949, anunciando uma série de palestras a serem ministradas pelo pesquisador estadunidense na instituição e no boletim nº 74 do mesmo ano, no qual ele publicou um texto intitulado *O surgimento da dignidade do trabalho*.

PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940: AS VIAGENS DE
ROBERT KING HALL E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO INEP
ADRIANA MENDONÇA CUNHA

^{III} Educação profissional e educação secundária mais flexível. **O Jornal**. Rio de Janeiro. Sábado, 05 de outubro de 1940, ano XXII, nº 6.542, p. 07.

^{IV} Durante a pesquisa nos deparamos com algumas fontes que indicavam a publicação de um artigo de Hall sobre o tema. Encontramos a referência em alguns textos, mas não conseguimos ter acesso ao texto original. Segue a referência encontrada: HALL, Robert King. Foreign Colonies of Brazil - a North American View. *The Inter-American Quarterly* (Jan., 1941), pp. 5-19.

^V Entre 15 e 17 de agosto de 1942, cinco navios brasileiros foram torpedeados e afundados pelo submarino alemão U-507. Mais de 600 pessoas morreram nos ataques. Alguns dos ataques ocorreram próximo a praias sergipanas. Sobre o assunto, ver: MAYNARD, Dilton; MAYNARD, Andreza. **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

^{VI} Educador americano visita São Paulo. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. Quarta-feira, 16 de junho de 1948, ano 73, nº 138, p. 03.

^{VII} Obra também nacionalizadora. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. Sábado, 24 de julho de 1948, ano XX, nº 4.709, p. 05.

^{VIII} Notas de viagem através do estado de Santa Catarina. Por Robert King Hall. **Vida Política**. Rio de Janeiro. Domingo, 24 de agosto de 1948, p. 01.

^{IX} A missão da UNESCO é contribuir para a construção da paz, promovendo o desenvolvimento através da educação, ciência e cultura. Atualmente, a instituição realiza não apenas um trabalho em prol do combate ao analfabetismo, mas também promove pesquisas e proteção a patrimônios culturais e históricos da humanidade, atuando em 112 países. Ver: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>.

^X Na realização de uma pesquisa sobre o ensino normal rural no Rio Grande do Sul, Flávia Werle encontrou referências a utilização do rádio na divulgação de festas escolares, informações sobre a escola, notícias e difusão de técnicas agrícolas entre a população. “Por meio do rádio, faziam da escola normal rural uma promotora de relações sociais e uma presença nos lares, nas comunidades, ampliando a influência para além do espaço escolar” (WERLE: 2011: P. 141).

^{XI} Mais informações em: CUNHA, Adriana; MAYNARD, Dilton. Robert King Hall e as escolas rurais em Sergipe (1947-1951). In: MAYNARD, Dilton; MAYNARD, Andreza. **História e Educação: ensaios sobre cultura e ensino**. Recife: EDUPE, 2015, p. 81-102.

^{XII} Bem impressionado com o ensino rural no Brasil. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro. Domingo, 15 de janeiro de 1950, ano XX, nº 8.355, p. 22.

Fontes:

HALL, Robert King. Problemas de educação rural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, V. XIV, nº 36, maio/ago. 1950, p. 05-109.

HALL, Robert King. Observações e impressões sobre o ensino rural no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, V. XIV, nº 38, Jan./Abr. 1950, p. 110-125.

HALL, Robert King. A nova escola primária brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, nº 64, 1950, p. 05-30.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. **Brasil Republicano (vol. II): o tempo do nacional-**

- estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.107-144.
- DAVIS, Sony. As relações militares entre Brasil e os Estados Unidos no século XX. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MUNHOZ, Sidnei (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011, p. 361-408.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSPE, 2015.
- FERRAZ, Francisco. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FRANCHETTI, Claudinéa Justino. Propaganda política comunista e anticomunista no governo Dutra, entre os anos de 1948 e 1950. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013, p. 01-17.
- GADDIS, JOHN Lewis. **História da Guerra Fria**. Tradução: Glauber Vieira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- GONÇALVES, Williams da Silva. A Guerra Fria. In: REIS Filho, Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX: Vol. II: o tempo das crises – revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 197-225.
- GONÇALVES, Williams da Silva. A Segunda Guerra Mundial. In: REIS Filho, Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX: Vol. II: o tempo das crises – revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 167-193.
- HIDALGO, Angela Maria; SIKORA, Denise; PALHANO, Isaber Castilho. A educação rural nos anos 50 no Brasil e as influências do nacional desenvolvimentismo. **Seminário de Pesquisa do PPE**, Universidade Estadual de Maringá, 12 a 14 de junho de 2013.
- HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOCHERY, Neil. **Brasil: os frutos da guerra**. Tradução: Lourdes Sette. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- LOWE, Norman. A Segunda Guerra Mundial. In: _____. **História do Mundo Contemporâneo**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Penso, 2011, p. 105-133.
- MACCANN, Frank D. Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What did you do in the war, Zé Carioca. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. Vol. 06, nº 02, 1995, p.
- MACCANN, Frank D.. Brasil e Estados Unidos: dois séculos de relacionamento. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MUNHOZ, Sidnei (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011, p. 25-64.
- MACCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)**. Tradução: Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.
- MACCANN, Frank D; FERRAZ, Francisco. A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MUNHOZ, Sidnei (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011, p. 103-164.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e educação rural no Brasil: balanço historiográfico e visão crítica. In: **Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-RJ**, Rio de Janeiro, 2016, p. 01-08.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **Revista de História UNISINOS**, V. 14, Nº 02, maio/ago. 2010, p. 188-196.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Os Estados Unidos e a educação rural no Brasil nos anos 1940-1950. In: **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: cultura**, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010, p. 01-16.

- MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil (1930-1950):** mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil:** a penetração cultural americana. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1991.
- MUNHOZ, Sidnei. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, UEM, v. 06, 2002, p. 41-59.
- MUNHOZ, Sidnei. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MUNHOZ, Sidnei (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2011, p. 165-210.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida. **Brasil Republicano (vol. II):** o tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 13-38.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935-1960). **Coletânea de Textos Educacionais**, João Pessoa, V. 01, 2002, p. 21-32.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. **Revista USP**, São Paulo (26), junho/agosto de 1995, p. 52-61.
- PROST, Antonie. **Doze lições sobre a história.** Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.
- RINKE, Stefan. **América Latina e Estados Unidos:** uma história entre espaços – do período colonial aos dias atuais. Rio de Janeiro: Autografia/EDUPE, 2015.
- SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, V. 18, nº 43, maio/ago. 2014, p. 71-91.
- SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão** – uma história da política norte-americana em relação à América Latina. São Paulo: EDUSC, 2000.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. At al (Orgs.). **Enciclopédia das Guerras e Revoluções (Vol. II):** 1919-1945: época de fascismos, das ditaduras e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castello. Tradução: Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Claudia Moraes de. Analfabetismo e intolerância: a representação do analfabeto em projetos de educação rural do desenvolvimentismo. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História** (ANPUH), João Pessoa, 2003, p. 1-9.
- TOTA, Antonio Pedro. Entre Berlim e Nova York: paradigmas e paradoxos no Brasil dos anos 40. **Revista Projeto História**, São Paulo, fev. 1997, p. 113-127.
- TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VISENTINI, Paulo G. O populismo e as relações Brasil-Estados Unidos (1945-1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MUNHOZ, Sidnei (Org.). **Relações Brasil-Estados Unidos: século XX e XXI.** Maringá: Eduem, 2011, p. 211-244.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Ensino rural e legitimação das ações do estado. **Revista Diálogos Educação**, Curitiba, v. 13, p. 771-792, maio/ago. 2013.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola normal rural: espaço de formação de grupos dirigentes. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, 15 (1): 33-39, 2012.

PRESENÇA ESTADUNIDENSE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1940: AS VIAGENS DE
ROBERT KING HALL E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO RURAL DO INEP
ADRIANA MENDONÇA CUNHA
